

A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D618 A diversidade e as questões políticas, históricas e culturais [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86002-67-6

DOI 10.22533/at.ed.676202003

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
 4. Tolerância. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Mudanças tecnológicas no século XXI fronteiras se aproximam por meio do mundo virtual, com elas intensificam migrações, as desigualdades, a globalização capitalista, os fundamentalismos, a luta pela terra e pela igualdade de direitos assumem outros formatos. Com ela transformam as formas de resistência com novas estratégias para um acelerada exploração capitalista, enfrentamento ao racismo, ao machismo, xenofobia, à LGBTIfobia, fundamentalismo político e religioso, à intolerância religiosa se intensificam pelos diferentes espaços do mundo. Fronteiras são quebradas e passagens são rompidas por uma vida cibernética, mudam se as relações das pessoas, os negócios entre os países, ideologias, posicionamentos políticos e governos. Circularam e aproximaram novos olhares sobre o mundo, conceitos, preconceitos, sustentabilidade. Aproximaram e fizeram circular visões de mundo, valores, sujeitos, conceitos, preconceitos, visões sobre o meio ambiente, sobre a sustentabilidade. Vários foram os motivos que o foco mudou, sujeitos sociais passam buscar o seu lugar de fala, seu protagonismo social e político, organizados ou não em movimentos sociais. E quando se organizam, estão vinculados àqueles que levantam bandeiras emancipatórias de gênero, raça, idade, deficiência. Esse conceito de emancipação versa em uma articulação de perspectivas que combinam desde a visão democrática-igualitarista de sociedade, a uma visão socialista e, até mesmo, políticas públicas para a diversidade.

Aprofundar o debate sobre sexualidade e gênero na sala de aula contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. É o que diz comunicado divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil. No texto, a Unesco propõe que a legislação e os planos educacionais brasileiros incorporem perspectivas de educação em sexualidade e gênero. De acordo com o comunicado, isso se torna ainda mais importante porque a educação é compreendida como processo de formar “cidadãos que respeitem as várias dimensões humanas e sociais sem preconceitos e discriminações”. De acordo a Unesco, o ensino de gênero nas escolas é primordial para prevenir e extirpar toda e qualquer forma de violência, em especial a violência de gênero. “Diante de recentes fatos ocorridos no país, no que se refere à violência sexual, a Unesco no Brasil reafirma seu compromisso com a garantia dos direitos das mulheres e da população LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros], sendo contrária a toda forma de discriminação e violação dos direitos humanos em qualquer circunstância e, em especial, em espaços educativo.” O assunto é polêmico e alvo de embates entre entidades ligadas a direitos humanos e grupos religiosos, que alegam, entre outros argumentos, que o debate de gênero incentiva a homossexualidade. A questão chegou a ser excluída do Plano Nacional de Educação (PNE) por pressão de parlamentares conservadores, e de planos estaduais e municipais de educação. Os planos definem metas e estratégias para a educação desde o ensino infantil até a pós-

graduação e tratam também da formação de professores e financiamento do setor. As metas devem ser cumpridas até 2024. Para a Unesco, debater essas questões em sala de aula é fundamental para que homens e mulheres, meninos e meninas tenham os mesmos direitos. A intenção é que as escolas ensinem aos estudantes que todas as pessoas são iguais, independentemente da identidade de gênero, e que existem diversas orientações sexuais, que devem ser respeitadas. “As desigualdades de gênero, muitas vezes evidenciadas pela violência sexual contra meninas, expõem a necessidade de salvaguardar marcos legais e políticos nacionais, assim como tratados internacionais, no que se refere à educação em sexualidade e de gênero no sistema de ensino do país”, diz a agência das Nações Unidas. Um dos compromissos dos países-membros da Organização das Nações Unidas é garantir o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelo Brasil e todos os outros Estados-membros da ONU em 2015. Entre os 17 objetivos globais da agenda, está a garantia de ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes, e a promoção da educação para a igualdade de gênero e os direitos humanos. Em março, a Unesco divulgou o Atlas de Desigualdade de Gênero na Educação, que mostra que, no mundo, quase 16 milhões de meninas entre 6 e 11 anos nunca irão à escola. O número é duas vezes maior que o de meninos. Entre eles, no mundo, 8 milhões nunca frequentarão as salas de aula.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões sobre o lugar do pesquisador e da pesquisa na produção em A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GÊNERO E PRISÃO: OS IMPACTOS DO SISTEMA PRISIONAL SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E INVISIBILIDADE DA MULHER ENCARCERADA NO ESTADO DE ALAGOAS	
Bruna Araújo de Melo Ferreira Ialy Virgínia de Melo Baía	
DOI 10.22533/at.ed.6762020031	
CAPÍTULO 2	16
GÊNERO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS MOTORISTAS BRASILEIROS	
Carla Rezende Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.6762020032	
CAPÍTULO 3	27
CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS GÊNEROS E SUA INFLUÊNCIA NOS RELACIONAMENTOS SORODIFERENTES PARA O HIV/AIDS	
Celestino José Mendes Galvão Neto Juliana Rodrigues de Albuquerque Ana Alayde Werba Saldanha	
DOI 10.22533/at.ed.6762020033	
CAPÍTULO 4	38
A VIOLÊNCIA E SUAS DIFERENTES FORMAS	
Gustavo Nogueira Dias Wagner Davy Lucas Barreto Gilberto Emanuel Reis Vogado Eldilene da Silva Barbosa Natanael Freitas Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.6762020034	
CAPÍTULO 5	48
O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro Célio Marcos Colombo Molteni depois de Paulo Melissa Camilo Débora Cristina Machado Cornélio Valquiria Nicola Bandeira Marilurdes Cruz Borges Fernando Sabchuk Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.6762020035	
CAPÍTULO 6	67
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO(S): DIÁLOGO INTRODUTÓRIO ENTRE SIMMEL E TEORIA QUEER	
Adriana Nolibos Baccin	
DOI 10.22533/at.ed.6762020036	

CAPÍTULO 7	79
MULHERES À MARGEM DA MATERNIDADE NA LITERATURA NEGRA Fernanda Mota Pereira DOI 10.22533/at.ed.6762020037	
CAPÍTULO 8	89
PRODUÇÃO LEGISLATIVA FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DA 55ª LEGISLATURA (2015-2018) Jonas Modesto de Abreu Dalila Rodrigues Barros Leonardo Aires de Castro DOI 10.22533/at.ed.6762020038	
CAPÍTULO 9	100
MORRO DA CONCEIÇÃO: HISTÓRIA DE FÉ E CULTURA QUE SE ENTRELAÇA NO SUBÚRBIO DA CIDADE Lucy Patrícia da Silva de Farias Severino Barbosa da Silva DOI 10.22533/at.ed.6762020039	
CAPÍTULO 10	112
REPRESENTAÇÃO DE MINORIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 56ª LEGISLATURA (2019-2022) Jonas Modesto de Abreu Bruno Henrique Martins de Almeida Leonardo Aires de Castro DOI 10.22533/at.ed.67620200310	
CAPÍTULO 11	129
RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO: AS MULHERES NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM SÃO PAULO Natália Yukari Mano DOI 10.22533/at.ed.67620200311	
CAPÍTULO 12	140
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DAS ESCOLAS MINEIRAS: ENFOQUES LEGAIS SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES Aline Claudino de Castro Débora Felício Faria DOI 10.22533/at.ed.67620200312	
CAPÍTULO 13	152
TRANSGÊNEROS CONTRA O ESTADO Beatriz Souza de Araujo Dhiego Felipe Pereira Monteiro DOI 10.22533/at.ed.67620200313	
CAPÍTULO 14	186
SEXUALIDADES E TRAMAS NARRATIVAS, UM MERGULHO COM ARTISTA LEONILSON Karlene da Silva Andrade Juliana Silva Chagas DOI 10.22533/at.ed.67620200314	

SOBRE A ORGANIZADORA.....	195
ÍNDICE REMISSIVO	196

GÊNERO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS MOTORISTAS BRASILEIROS

Data de aceite: 17/03/2020

Carla Rezende Gomes

Universidade Federal de Sergipe – PPGED/UFS
rezendecarla@hotmail.com

Psicóloga com especialização em Psicologia do trânsito, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, com estágio doutoral na Universidade do Porto, Portugal. Professora Substituta do curso de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

RESUMO: O presente artigo aborda, de uma maneira geral, questões que envolvem noções de cidadania e educação para o trânsito, são temas de interesse nacional no contexto brasileiro e também uma questão de saúde pública, pois envolvem a perda desnecessária e evitável de um número assustador de vidas humanas, principalmente do gênero masculino, em parte por falta de um comportamento cidadão nas rodovias. Este debate envolve aspectos tais como as questões da juventude, da cidadania, do gênero e da educação. Diante destas discussões propomos maior empenho no incremento da educação para a cidadania nas escolas, mas não só nelas como também nos mais variados campos sociais. Tratou-se de uma investigação de doutoramento em Educação concluída no núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade

Federal de Sergipe, Brasil e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, sob a forma de bolsa CAPES de doutorado sanduiche.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, cidadania, educação, trânsito.

Os índices de acidentes de trânsito com mortes no Brasil são assustadores, associados a isto há um fenômeno digno de análise, o número de mortos do sexo masculino, os homens são a grande maioria, um número maior do que a proporção existente entre homens e mulheres condutores, ademais quando nos referimos a morte não nos referimos apenas aos condutores mortos e sim a todos os envolvidos nos acidentes, sejam eles motoristas ou caronas. Os acidentes de trânsito são responsáveis pela morte de boa parte dos homens brasileiros em idade produtiva, principalmente os mais jovens. Por que isso acontece? Este artigo pretende apontar uma possível resposta a esta pergunta, identificamos na forma como os rapazes são criados para serem homens, e na falta de uma educação voltada para os valores da cidadania, fortes fatores contribuintes para este fenômeno. Estas considerações fazem parte minha pesquisa de doutorado em Educação que discutiu relações de gênero, trabalho e educação para o trânsito, cujo título é “Relações

de gênero no trabalho e formação de instrutores (as) de direção veicular e condutores (as) em Sergipe”, este estudo se debruçou sobre a educação para o trânsito que acontece no Brasil nos dias de hoje, por considerar que aqui a educação para o trânsito de uma maneira geral e a formação dos instrutores de direção veicular em particular acontecem de maneira precária, uma vez que, instrutores cometem infrações que deveriam evitar e no caso da formação dos condutores, acredito que apenas algumas horas de aula, poucos dias antes de obter a carteira nacional de habilitação, não sejam suficientes para formar cidadãos com direitos e deveres, capazes de usufruir com segurança do sistema trânsito, seja como condutor ou pedestre. Particularmente os jovens apresentam comportamento diferenciado no trânsito, orientados por ideologia patriarcal que valoriza os estereótipos de masculinidade. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, esse método é o mais adequado para as pesquisas que abordam o tema gênero, pois, segundo Mies (1983, apud Flick 2009) e Flick (2009), a pesquisa quantitativa geralmente ignora as vozes femininas ao estudar o objeto como neutro. Já a pesquisa qualitativa possibilita que as vozes femininas sejam ouvidas e os objetivos sejam materializados. Para Flick (2009) esta postura permite um desafio à maneira como as pesquisas são feitas, visto que as pesquisas de um modo geral concentram-se na ignorância sobre a situação de vida das mulheres e na dominância masculina.

O campo empírico da pesquisa foram os Centros de Formação de Condutores, (CFC's) do município de Aracaju. A pesquisa se deu apenas no município de Aracaju por ser esta a capital de um estado pequeno que traz na composição de sua população uma amostra representativa de todo o Estado. Ainda segundo as estimativas da Gerência de Serviços de Credenciamentos do DETRAN/SE e do Sindicato dos instrutores de trânsito, a cidade de Aracaju agrupa, aproximadamente, 65% de todos os instrutores do Estado de Sergipe. A população da pesquisa integra os instrutores de direção veicular cadastrados no DETRAN-SE.

Foram consultadas várias fontes de informações: Literatura Pertinente - Documentos; estatísticas em sites especializados, legislação específica, noticiários.

Para o acesso aos respondentes foram utilizados dois instrumentos: observação livre direta e entrevista semiestruturada individual ambas realizadas com os instrutores dos Centros de Formação de Condutores de Aracaju. Estas técnicas são consideradas por André (2005) como as mais eficazes para que o (a) pesquisador (a) se aproxime dos sistemas de representação classificação e organização do universo estudado. Trago a esta discussão ainda dados da realidade Portuguesa, já que, por se tratar de um trabalho que foi agraciado com a bolsa CAPES de doutorado sanduiche, parte da pesquisa bibliográfica foi realizada na cidade do Porto em Portugal, o que tornou possível a discussão in loco da realidade do trânsito Português. Considerou-se interessante trazer esses dados ao texto, pois os números mostram que não se trata de uma questão apenas brasileira, visto que, em Portugal esta questão igualmente afeta mais aos rapazes que as moças.

De acordo com dados do DENATRAN, o trânsito no Brasil é responsável pela

ocorrência de 300 mil acidentes por ano, que deixam a expressiva marca de 30 mil mortos e outros 350 mil feridos, representando custo anual de cerca de R\$10 bilhões.

Dados da ABETTRAN, Associação Brasileira de Educação para o Trânsito informam que o Brasil atingiu um pico histórico em 2007, com 66.837 mortes segundo os seguros DPVAT, um número extremamente elevado e alarmante, que coloca o Brasil entre os países com mais mortes no trânsito no mundo, em contrapartida no ano de 2008, toda a União Europeia contabilizou 38.000 mortos.

A partir destes dados conclui-se que, em 2007, houve a média de 183 mortes por dia no trânsito brasileiro (7,6 por hora). A ABETTRAN diz ainda que estudos mostram que a maioria das vítimas fatais do trânsito no Brasil continua sendo homens jovens de cidades de pequeno e médio porte. Em todos os anos analisados, por volta de 80% das mortes são de pessoas do sexo masculino, em sua maioria na faixa etária de 20 a 39 anos. Ainda é muito forte no Brasil uma cultura entre os homens jovens de conduzirem veículos sob o efeito de álcool e drogas, e em alta velocidade, donde se conclui que a grande maioria dessas mortes poderia ser evitada.

Há algo muito errado com o trânsito brasileiro e certamente existem várias causas para este fenômeno.

Em Portugal, segundo Martinho (2004) os acidentes de trânsito são a principal causa de morte nos jovens e a diferença de gênero é bem marcada, pois 91,2% das vítimas fatais são do sexo masculino, assim como 86,4% dos feridos graves.

Segundo dados fornecidos pela Agência Nacional de Segurança Rodoviária ANSR, em 2010, os jovens dos 18 aos 24 anos constituem 08% da população portuguesa e representam 16% do total de vítimas resultante de acidentes de trânsito. A supremacia dos jovens verifica-se também em relação aos acidentes mais graves, uma vez que o risco de morte destes usuários é superior ao dos restantes grupos etários. Registaram-se 88 mortos por um milhão de habitantes entre os jovens, enquanto no caso dos outros usuários este indicador foi igual a 68. A maioria das vítimas pertence ao gênero masculino: 83% do total de jovens mortos, 78% dos feridos graves e 63% dos feridos levemente. (PORTUGAL, 2012)

O documento informa ainda que se calculou o número de condutores mortos por cada mil vítimas segundo o gênero, e constatou-se que entre os condutores do sexo feminino se verificam 06 mortes, por cada mil vítimas, enquanto para o sexo masculino este indicador é igual a 23 mortos. (PORTUGAL, 2012)

Num estudo etnográfico realizado na Noruega sobre comportamento no trânsito de um grupo de jovens do sexo masculino foram identificados dois fatores relevantes para ato de conduzir: a velocidade e a ostentação. A velocidade implica um desafio às normas de segurança, constituindo também um exercício de controle sobre condições adversas, já a ostentação foi apontada como igualmente interessante para os jovens que se dedicam a melhorar a performance do automóvel e a embelezá-lo através de luzes adicionais, pneus largos, caixas de som potentes, etc... Segundo Garvey, este aparato explícito traduz uma tentativa de criar uma imagem de proprietário de um carro

potente, robusto e “com caráter”. (Garvey, 2001, apud Martinho, 2004, p.79/ 80)

ESTUDOS DE GÊNERO E MASCULINIDADES

Condução perigosa, violação de regras.

Panichi e Wagner (2006), em sua pesquisa sobre a condução perigosa entre motoristas jovens, perceberam a variável gênero como muito significativa. Elas apontam que os jovens de sexo masculino subestimam os riscos e conduzem de maneira mais perigosa do que motoristas do sexo feminino. Citando pesquisas como as de Simon e Corbett (1996) e Yagil (1998) afirmam que foi comprovado que os acidentes de trânsito entre sujeitos do gênero masculino estão mais freqüentemente relacionados à violação de alguma regra de circulação e evidenciaram que motoristas do gênero masculino, de idades entre 18 e 24 anos, apresentaram uma menor motivação para cumprir as normas da circulação e maiores taxas de violação das regras de trânsito, quando comparados a motoristas jovens do gênero feminino. Esses estudos indicam um maior risco de envolvimento em acidentes e a prática de condutas de risco no trânsito entre adolescentes e adultos jovens do gênero masculino.

Percepção acerca do risco

Ana Rita Laranjeiras (2004) afirma que gênero do adolescente também influencia a sua percepção a cerca do risco que corre. Pesquisas apontam que apesar de serem os rapazes as maiores vítimas dos comportamentos violentos, são as meninas quem acreditam serem mais vulneráveis diante da possibilidade de algum perigo. (Cornnell, 2000; Harris, 2000). Em sua pesquisa Harris conclui que essa suposição de invulnerabilidade dos meninos pode estar associada às definições tradicionais de masculinidade, mais precisamente no que se referem aos estereótipos de que os homens são resistentes e corajosos em contraste com a fragilidade e passividade associadas ao gênero feminino. A autora chama ainda nossa atenção para o fato de que um comportamento de risco possui caráter multiplicador, ou seja, uma situação perigosa acarreta frequentemente outros riscos, tais como o uso de álcool e a atividade sexual precoce e/ou desprotegida, e uso de álcool e acidentes de trânsito, por exemplo.

HOMENS E COMPORTAMENTOS DE RISCO

Para Martinho (2004) é pertinente e razoável fazer uma relação entre o risco no trânsito e a construção da masculinidade devido a posição predominante assumida pelos homens nas estatísticas e nas pesquisas apresentadas até agora.

Em seu estudo, Travis et al (2001) perceberam que apesar de as colisões entre veículos em movimento apresentarem níveis semelhantes entre homens e mulheres, quando o acidente advinha da perda de controle do veículo o número de homens envolvidos passava a ser o dobro em relação as mulheres. Os autores justificaram esse resultado afirmando que os homens assumem mais comportamentos de risco,

como a condução em excesso de velocidade ou sob influência de álcool.

As estatísticas não deixam dúvidas que a sobremortalidade dos homens durante a adolescência e juventude tem subjacentes padrões comportamentais específicos e são esses padrões que constituem uma ameaça a saúde dos homens. (LARANJEIRAS, 2004)

Outro aspecto importante da formação das masculinidades é o consumo de álcool. Para Almeida (1995) apud Grossi (2006) aprender a beber, a suportar bebida é uma das características marcantes da masculinidade tradicional e Grossi acrescenta que os bares são locais masculinos institucionalizados em nossa cultura, lugares onde se consome álcool. Para a autora, o concurso desses três elementos, veículo automotor, adolescência e álcool é uma combinação explosiva. Grossi salienta que uma das principais definições da masculinidade no ocidente é que o masculino é um gênero ativo. No senso comum, ser ativo significa, sexualmente, penetrar o corpo da/o outra/o.

“No Brasil, homem é aquele que come, ou seja, que penetra com seu sexo não apenas mulheres, mas também outros homens, feminilizados na categoria “bichas” [...] Outro aspecto da masculinidade hegemônica em nossa cultura é a atividade percebida positivamente como agressividade. Desde a infância a identidade masculina se constitui pela hiperatividade dos meninos, que se confunde repetidas vezes com agressividade. Isso é naturalizado, os meninos são vistos como agressivos e esse não é um problema das meninas. Professoras e pais acreditam que aqueles meninos são agressivos por que nasceram assim, que é uma característica inata do sexo masculino e não que se trata de um comportamento estimulado e esperado de meninos, que devem desde muito cedo, se comportar como pequenos homens.” (GROSSI, 2006 p. 6/7)

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO

Os estereótipos de gênero estão relacionados a um conjunto de atributos que se acredita que sejam mais característicos de um ou de outro sexo, e compreendem domínios como crenças acerca de características físicas de um ou de outro sexo, traços de personalidade, comportamentos, aptidões e disposições emocionais. No que se refere ao conteúdo desses estereótipos, as características atribuídas ao sexo masculino tem subjacente uma dimensão instrumental, enquanto que ao sexo feminino está associada uma dimensão emocional ou expressiva. (LARANJEIRA, 2004)

Contrariamente a feminilidade, cuja essência “natural” é reafirmada nas menstruações, gestações e partos, a masculinidade exige empenho. A identidade masculina é adquirida ao preço de grandes dificuldades e requer constantes provas. Essa fragilidade impõe aos homens que continuamente confirmem a si próprios e aos outros a sua masculinidade. Essa necessidade de afirmação na esfera masculina leva a que muitos jovens rapazes corram riscos que podem comprometer a sua saúde. Precisamos reconhecer que alguns comportamentos que os rapazes adotam são valorizados e reforçados pelas expectativas da sociedade face ao que é ser-se

masculino. (LARANJEIRA, 2004)

CATEGORIA GÊNERO

A concepção de gênero elucidada a construção, reprodução das relações entre os sujeitos, a construção da identidade instituída através do gênero; esclarece, ainda, os mecanismos que generalizam e especificam as diferenças e disparidades nas dimensões temporais e espaciais, a convivência da contradição - cujo ritmo e característica acentuam o nível diferenciado e fragmentado das relações sociais - os aspectos culturais e históricos que presidem os diferentes arranjos institucionais (CRUZ, 2005).

A categoria gênero compreende as diferenças construídas entre os homens e as mulheres, os papéis assumidos na sociedade e as relações hierárquicas, de opressão, submissão, subordinação, ou seja, de poder, estabelecidas entre eles. (SCOTT, 1990). O gênero é compreendido como uma relação que organiza as experiências sociais em função da diferenciação cultural entre os sexos. Conforme Heilborn (1997), as categorias de gênero “revelam sempre uma relação de natureza assimétrica. Trata-se de um imperativo simbólico originado por constrangimentos estruturais de ordenação da cultura.” (p. 298).

Estudos de gênero são estudos que desvelam as relações sociais. Atualmente, esta temática ganha destaque nas Ciências Sociais, pois coloca os estudiosos do assunto diante de um novo paradigma onde são revertidos todos os padrões de dominação e assimetria entre grupos socialmente discriminados.

Os estudos de gênero tiveram origem com o movimento feminista e seus estudos sobre as mulheres, os quais, desde a década de 1960 até os dias atuais, incorporaram variados temas às suas discussões, tais como as questões dos homossexuais, dos negros, dos asiáticos, dos hispânicos, enfim, as ditas “minorias”, chamadas de “minorias ativas” por Serge Moscovici. Ativas, pois são “desafiadoras do senso comum, capazes de provocar, pela firmeza e visibilidade de suas posições, transformações das normas e relações sociais”. (OLIVEIRA, 1993)

É importante enfatizar que estudos de gênero dizem respeito a homens e mulheres. Na medida em que o estudo de um, necessariamente, implica o estudo do outro, não faz sentido analisá-los separadamente, pois esta seria mais uma forma de perpetuação das diferenças estabelecidas socialmente. A categoria gênero é, portanto, relacional, vez que aponta as construções culturais de idéias que determinam papéis adequados a mulheres e homens, ou seja, seus papéis sexuais. O uso do termo é abrangente e pode, inclusive, tratar de sexo entre uma série de outras relações sociais.

Para Connell (2002) “O gênero refere-se a uma estrutura de relações sociais centradas na esfera reprodutiva e no conjunto de práticas que trazem as diferenças, inscritas no corpo, para os processos sociais”. (Connell, 2002:10 apud Amâncio, 2004, p.19)

Grossi (2006) citando WelzerLang (2001) afirma que o modelo de sexualidade predadora masculina é um ponto determinante na constituição do gênero masculino. Sexualidade esta que é formada na visão de que mulheres devem ser consumidas tal como se dá o aprendizado da sexualidade pela mídia pornográfica, posto que o fato de se tratar de imagens femininas, as quais se toca pelo papel ou pela tela do computador, permite que o olhar masculino sobre as mulheres as transforme num objeto que se pode consumir.

Silva (2002) salienta que a maioria das vezes, a aprendizagem da masculinidade faz-se pelo cultivo de uma atitude antagônica em relação às mulheres, de uma cultura anti mulher, em que se rejeita tudo o que for percebido como feminino. Por exemplo, mostrar emoções, cuidar de outras pessoas e do próprio corpo, falar sobre sentimentos e, também, como nos alerta Laura Astúrias, (1997:3) ter sucesso na escola. E, indo mais longe, Silva nos pergunta: “Que margens, que constrangimentos pode experimentar um rapaz no processo de construção da sua identidade em contexto escolar?” (SILVA p.108)

Medo de não atingir o ideal utópico: esportes de força

Para Bourdieu (1998) o medo de não atingir o ideal utópico de virilidade instiga o investimento em comportamentos imprudentes e desafiantes que demonstram uma prova da masculinidade. A recusa da vulnerabilidade associada ao mundo feminino resulta nesta luta contínua pela afirmação da masculinidade através de manifestações excessivas de violência e força. Os esportes que possibilitam a exibição das qualidades associadas aos valores tradicionalmente masculinos, como coragem ou força, continuam a arregimentar grande número de admiradores. O culto em torno das modalidades voltadas para a competição revela o grau de importância social e simbólica das demonstrações públicas de virilidade. (Martinho, 2004)

ACIDENTES?

O texto da portaria n.º 737/GM 16 de maio de 2001, que determina a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), diz ainda “ esta política adota o termo acidente em vista de estar consagrado pelo uso, retirando-lhe, contudo, a conotação fortuita e casual que lhe pode ser imputada. Assume-se, aqui, que tais eventos são, em maior ou menor grau, perfeitamente previsíveis e preveníveis”.

Previsíveis e Preveníveis. São essas as palavras utilizadas pelo texto. É previsível, diante dos argumentos que foram expostos acima, que um adolescente cause um acidente de trânsito ao conduzir um veículo. Seria este fato prevenível? Como prevenir? Apresento aqui algumas sugestões: 1º) não permitir que adolescentes menores de 18 anos conduzam veículos automotores; 2º) punir de fato os infratores; 3º) diminuir a sensação de impunidade que assola o Brasil; 4º) ensinar o/a motorista brasileiro/a a dirigir com seriedade; 5º) aumentar o respeito a cidadania por parte da

população, 6º) formar melhor os instrutores. Sim, é um projeto ambicioso.

HUMANIZAÇÃO DO TRANSITO

A humanização no trânsito tem como objetivo prevenir a extinção da vida humana, ou seja, a preservação da vida, onde cada ser humano é único e insubstituível para sua família e seus amigos. A ciência na busca de soluções para o problema desenvolve projetos e alternativas para a melhoria do trânsito (máquina e as vias urbana e rural), sem focar o real problema que é a conscientização de motoristas e pedestres que contribuirá para o avanço da ciência (MATURANA, 2009).

VIOLENCIA E CIDADANIA

Da Matta, (2010) considera que a violência no trânsito brasileiro não só é tolerada, mas esperada, ela emerge na forma de infinitos gestos grosseiros e numa epidemia de acidentes e está diretamente ligada com o nosso estilo de construir, ocupar e usar o espaço público (lojas, restaurante, filas, estacionamentos, escolas, bancos, calçadas, etc.) seja no papel de pedestre ou no de condutor, consumidor e cidadão. Ou seja, está nas raízes do modo de ser do brasileiro o costume do desrespeito às regras estabelecidas de boa convivência em comunidade. É importante perceber que para a maioria dos motoristas e motociclistas entrevistados por Roberto Da Matta em sua pesquisa, seus carros e motos são sinônimos de liberdade, logo, conclui o autor, diante dessa mentalidade se torna difícil conscientizá-los da necessidade de obediência às regras e códigos, pois regras e códigos servem justamente para frear a desejada liberdade adquirida através dos veículos automotores.

Um dos cinco pilares do plano geral de ação para a década de ações de segurança no trânsito, da ONU, é: “Incentivar os comportamentos de segurança das diversas categorias de usuários”. No contexto brasileiro percebe-se que a falta de comportamento cidadão, aquele que obedece às mínimas regras de respeito ao outro como não dirigir alcoolizado ou com excesso de velocidade, com as luzes no farol alto, pela contramão, pelo acostamento, pode ser apontado com causador de acidentes e mortes. Não deveria ser preciso aprender isso na educação para o trânsito, pois qualquer cidadão ciente de seus deveres sabe que não é admissível conduzir dessa maneira. Que o farol alto atrapalha a visão de quem vem, por isso não se deve usá-lo quando há outro motorista vindo em sua direção, que dirigir em alta velocidade põe em risco as vidas de outras pessoas, que consumir álcool ou outras drogas antes de dirigir também. Está claro que a ideia de cidadania envolve direitos e deveres e que boa parcela da nossa população pensa ter apenas direitos. Precisamos avançar contra isso de alguma maneira, resolveremos só pela educação? Evidente que não, mas já é um começo.

Pablo Gentili (2000) problematiza a discussão sobre a educação cidadã

afirmando que:

“A cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que a constituem, mas também que tende a torná-los uma realidade substantiva na vida cotidiana dos indivíduos. Educar para a prática cidadã significa, também, contribuir para formar a própria cidadania. Trata-se de um problema ético e político que resume a razão de ser de toda a educação democrática”. (p. 149\150)

Enfim, se trata de um desafio ético e político que envolve todas as instâncias sociais, logo, todos e todas nós somos responsáveis pelo sucesso dessa empreitada.

CONCLUSÃO

Este texto apontou um tema de interesse nacional e de saúde pública no Brasil, que envolve a perda desnecessária e evitável de um número assustador de vidas humanas, principalmente do gênero masculino, em parte por falta de um comportamento cidadão nas rodovias. Este debate abraça aspectos tais como as questões da juventude, da cidadania, do gênero e da educação.

Diante destas discussões propomos um empenho no incremento da educação para a cidadania, nas escolas, mas não só nelas como também nos mais variados campos sociais. É importante salientar que a lógica da educação para a cidadania deve considerar a possibilidade de outra socialização para o gênero, tanto para a masculinidade como para a feminilidade, visto que, os rapazes são criados para agirem como agem. Isto é possível, posto que segundo Louro (2004) o gênero é um fator em constante construção e que o conceito exige pensar de modo plural, pois as concepções de gênero não diferem tão somente entre sociedades ou contextos históricos, mas mesmo no interior de uma sociedade e dos diferentes grupos que a constituem, quais sejam, étnicos, religiosos, raciais, de classe.

Trata-se de um projeto muito maior, pois necessita influir na educação escolar, na educação familiar, nos meios de comunicação, enfim nos diversos domínios sociais. Não logrará êxito se for conduzido apenas por uma instituição, a escola sozinha não resolverá esse problema, nada acontecerá se ela fizer seu trabalho e em seguida os pais ensinarem seus filhos de 13, 14 anos a dirigir, se os centros de formação de condutores fizerem seu trabalho, mas a escola não levantar este tipo de reflexão em suas aulas, pouco resultará se as igrejas trabalharem o respeito ao próximo com seus fiéis, mas os meios de comunicação de massa permanecerem propagando a ideia de que homem de verdade é o que dirige em alta velocidade e que carro bom é aquele que atinge 300 k/h de velocidade, para que? Se o limite máximo de velocidade no Brasil não passa de 110 k/h?

Neste projeto é importante que todos estejam dispostos a trabalhar em conjunto, em prol de um bem comum, uma vez que se pretende que o trânsito seja tão somente aquilo que é, ou deveria ser, uma forma de nos deslocarmos no espaço, que nos proporcione qualidade de vida e não apresse a nossa morte.

REFERÊNCIAS

- ABETRAN. Associação Brasileira de educação de trânsito. Mapeamento das mortes por acidentes de trânsito no Brasil. Disponível em http://abetran.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12627&Itemid=2 consultado em 27 de janeiro de 2010.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luís. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. In: **Revista Conexões UNICAMP**, v. 2, n.1, 2004.
- ASTÚRIAS, Laura. **Constituicion de La masculinidad y relaciones de gênero**. Fórum mujeres em lucha por La igualdad de derechos y La justicia soci, Guatemala. 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Conferência do prêmio Goffman: **A dominação masculina revisitada**. In: LINS, Daniel. (org.) **A dominação masculina revisitada**. Campinas. S.P.: Papirus, 1988.
- _____. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- _____. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CRUZ, Maria Helena Santana. Inovações tecnológicas e relações de gênero no setor de serviços financeiros bancários. In **Revista do mestrado em Educação**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Editora UFS/ NPGED, 2002.
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2001
- _____. **Fé em Deus e pé na tábu**a, ou, Como e por que o trânsito enlouquece no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3ª. Ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009
- GENTILI, Pablo. **Qual educação para qual cidadania?** Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In Azevedo J.C. et al. **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto alegre: UFRGS, 2000, p. 143-156\ CRSS
- GROSSI, Miriam Pilar. **Masculinidades: Uma revisão teórica**. Antropologia em primeira mão, UFSC, Florianópolis, 2006.
- HEILBORN, Maria Luísa O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia R., (org.). **Quem Mandou Nascer Mulher?** Estudos Sobre Crianças E Adolescentes Pobres No Brasil. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro. 1997 LARANJEIRA, Ana Rita. Não és homem não és nada: Masculinidade e comportamentos de risco. In AMÂNCIO, Lígia. (org.) **Aprender a ser homem**. Construindo masculinidades. Livros horizonte, Lisboa, 2004.
- PORTUGAL, **Sinistralidade Rodoviária Envolvendo Jovens**. Ficha Técnica: Os Jovens. Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. ANSR. Lisboa, 2012
- MARTINHO, Teresa. **Viver jovem, morrer depressa: Masculinidade e condução de risco**. In AMÂNCIO, Lígia.(org.) **Aprender a ser homem**. Construindo masculinidades. Livros horizonte, Lisboa, 2004.

MATURANA, E. Qual a importância da educação no trânsito no município de Jarú. Jarú. Ed. Webartigos, 2009. In <http://www.webartigos.com/articles/13733/1/Qual-a-Importancia-da-Educacao-no-Transito-para-o-Municipio-de-Jaru/pagina1.html> Consultado em 30 de julho de 2010.

PANICHI, Renata Maria Dota; e WAGNER, Adriana. Comportamento de risco no trânsito: revisando a literatura sobre as variáveis preditoras da condução perigosa na população juvenil In, **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology** - 2006, Vol. 40, Num. 2 pp. 159-166

SILVA, Sofia Marques Da. Masculinidades inquietas: uma possível reflexão. **Ex aequo**, n. 7, 2002, p. 107-111

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade**. 16(2) julho/dezembro, 1990.

SIMON, F., & CORBETT, C. (1996). Road traffic offending, stress, age and accident history among male and female driving. *Ergonomics*, 39, 757-780.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 83, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194

Autobiografia 186, 190, 192

B

Bio-Tanatopolítica 152, 157

C

Câmara dos Deputados 89, 94, 112, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 177

Cidadania 16, 22, 23, 24, 25, 46, 47, 63, 92, 132, 133, 135, 138, 145, 158

Cultura 4, 18, 20, 21, 22, 25, 29, 51, 53, 54, 55, 59, 60, 65, 68, 70, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 95, 98, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 110, 117, 137, 148, 153, 160, 170, 171, 188, 191, 195

D

Direito à cidade 129, 130, 132, 135, 136, 137, 138

E

Educação 7, 9, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 38, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 73, 77, 82, 95, 97, 98, 99, 111, 127, 131, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 185, 195

Educação Especial 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150

F

Fé 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 184

Feminismo 67, 68, 77, 79, 85, 99, 169, 172, 184

G

Gênero 1, 4, 6, 8, 9, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 52, 53, 54, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 91, 97, 98, 99, 116, 130, 136, 137, 138, 139, 147, 153, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 191, 193

Georg Simmel 67, 68

H

História 3, 4, 12, 14, 28, 35, 36, 37, 47, 56, 64, 66, 71, 77, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 100, 101, 104, 105, 110, 111, 117, 133, 138, 157, 158, 162, 171, 174, 175, 182, 184, 186, 187, 194, 195

HIV/Aids 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36

Homossexualidade 161, 162, 169, 186

I

Inclusão 13, 30, 63, 65, 93, 117, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 154, 157, 159, 165, 169, 181

Invisibilidade 1, 35, 83, 138

J

Judith Butler 67, 68, 191

L

Literatura pós-colonial 79, 84

Lutas feministas 129, 133

M

Mães 79, 80, 82, 83, 86, 88

Masculinidade hegemônica 20, 67, 70, 73, 75, 76

Morro da Conceição 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111

Movimentos Sociais 98, 132, 137, 138, 152, 165, 175, 183, 185

Mulher 1, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 22, 25, 32, 33, 51, 52, 66, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 85, 91, 92, 93, 95, 97, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 160, 162, 163, 164, 170, 171, 172, 174, 179

Mulheres na cidade 129, 130, 133, 135

N

Narrativa 163, 173, 186

Necropolítica 152

P

Poder Legislativo 112, 127

Prisão 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 41, 42, 43, 113, 163

R

Representação política 90, 93, 94, 97, 99, 112, 116, 128, 185

Representação política de minorias 112

S

Sala de Recursos 140, 146, 150

Sexualidade 22, 35, 36, 37, 77, 157, 160, 167, 169, 171, 172, 174, 176, 180, 183, 186, 192, 193, 194, 195

Sorodiferença 28, 29, 31, 32

T

Teoria Queer 67, 68, 71

Territorialização Perversa 38

Trânsito 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26

Transvestigeneres 152, 169, 172, 176, 179, 181

U

Uso de Drogas 38, 39

V

Violência 1, 7, 10, 11, 15, 22, 23, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 52, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 87, 97, 134, 135, 137, 139, 153, 159, 163, 166, 186, 191

Violência de gênero(s) 52, 67, 68, 69, 73, 75

 **Atena**
Editora

2 0 2 0